



**RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA
FINANCEIRA, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA - RAO**

PROCESSO AUDIN	PERÍODO DA AUDITORIA	DATA	PÁGINA
PA-540-016/2013-O	De 1.º/07/2013 a 23/08/2013		1/18

ÓRGÃO AUDITADO

Agência Estadual de Metrologia do Mato Grosso do Sul – AEM/MS

EQUIPE AUDITORA

NOME	AREA
Leandro Nunes de Figueiredo – Coordenador de Equipe	Auditoria Interna – Audin
Mayla Aguiar dos Santos	
Vera Lucia Gonçalves Taveiros	

DETERMINAÇÃO DA AUDITORIA (SA)

- Ordem de Serviço nº 013/Audin, de 07/08/2013.

RECOMENDAÇÃO AO AUDITADO

- ☒ SIM – PARA PROVIDÊNCIAS E/OU JUSTIFICATIVAS – 30 DIAS A PARTIR DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO
- ☐ NÃO

DE ACORDO/ENCAMINHAMENTO

Senhor Presidente, apresentamos o relatório referenciado e sugerimos o encaminhamento aos Órgãos externos e Unidades Principais do Inmetro a seguir relacionados:

- Controladoria - Geral da União do Estado do Rio de Janeiro – CGU/RJ;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo - SEPROTUR;
- Agência Estadual de Metrologia do Mato Grosso do Sul – AEM/MS;
- Profe;
- Dimel;
- Dconf;
- Cgcre;
- Diraf;
- Ouvid;
- Dplan; e
- Cored.

JOSÉ AUTRAN TELES MACIEIRA

Auditor-Chefe
CRC/RJ n.º 077.517/O-4

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA	PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 2/18
---	--	-----------------------

Senhor Auditor-Chefe,

Apresentamos o resultado da auditoria ordinária realizada na Agência Estadual de Metrologia do Mato Grosso do Sul – AEM/MS, por determinação da Ordem de Serviço/Audin nº 013, de 07 de agosto de 2013.

I - INTRODUÇÃO

Os trabalhos foram realizados no período de 12 a 23/08/2013, com o objetivo de avaliar os atos e fatos ocorridos na Agência Estadual de Metrologia do Mato Grosso do Sul – AEM/MS, no período compreendido entre novembro de 2012 a julho de 2013, assim como certificar-se de que o órgão conveniado encontra-se adequadamente estruturado para a execução do convênio.

A AEM/MS executa as atividades de competência do Inmetro nas áreas de Metrologia Legal e Qualidade de Bens e Serviços, mediante delegação, por força do Convênio n.º 001/2010, de 01 de janeiro de 2010, com vigência de 04 (quatro) anos, celebrado entre o Inmetro e a AEM/MS, com a interveniência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo - SEPROTUR.

Os trabalhos foram desenvolvidos na sede da Autarquia, localizada na Rua São Martinho, n.º 250 - Vila Progresso - Campo Grande/MS - CEP: 79.080-400, sob a responsabilidade do Diretor Presidente, o Sr. Sérgio Maia Miranda, nomeado por intermédio do Decreto “P” n.º 1.192, de 13 de abril de 2010, publicado no DOE n.º 7.684, de 14 de abril de 2010.

O Presidente do Inmetro, por meio das Portarias n.ºs 127, 128 e 129, de 19/04/2010, publicadas no DOU, de 22/04/2010, delegou competência ao Diretor Presidente da AEM/MS, para exercer a Ordenação das Despesas a serem financiadas com recursos do Inmetro, e praticar os atos necessários à consecução do objeto do Convênio.

II - DOS EXAMES REALIZADOS

Os exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria geralmente praticadas no serviço público.

A classificação da Auditoria realizada na Agência Estadual de Metrologia do Mato Grosso do Sul – AEM/MS, conforme a Instrução Normativa MF/SFC nº 01, de 06 de abril de 2001 foi a Auditoria de Avaliação de Gestão e Auditoria Contábil.

O objetivo da primeira é o exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas; exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos; verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil; verificação do cumprimento da legislação pertinente; e avaliação dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos mesmos.

A segunda tem como objetivo obter elementos comprobatórios suficientes que permitam opinar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e se as demonstrações deles originárias refletem, adequadamente, em seus aspectos mais relevantes, a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas.

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA	PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 3/18
---	--	-----------------------

III - ÁREA FINANCEIRA, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA.

1.1. Demonstrativos Percentuais / Pendência de Exercícios Anteriores / Determinação dos órgãos de controles

No que tange aos demonstrativos percentuais dos exames realizados, a existência de pendências das auditorias anteriores, e as determinações existentes dos órgãos de controles, observamos o seguinte:

a) Demonstrativo percentual dos exames realizados

Com relação ao total de despesas realizadas pela AEM/MS a título de convênio, levantado junto ao Sistema de Gestão Integrada – SGI, no período auditado, apuramos o seguinte percentual em nossas análises:

Período auditado	Total transferido no período (em R\$)*	Total executado no período (R\$)**	Percentual
novembro/2012 a julho/2013	8.998.191,93	8.416.265,88	93,53

Período auditado	Total executado no período (em R\$)**	Total analisado no período (R\$)	Percentual
novembro/2012 a julho/2013	8.416.265,88	2.211.862,66	26,28

* Utilizando como base as informações fornecidas pelo Nucar – Núcleo de Controle e Acompanhamento da Receita.

** Utilizando como base o total de processos informado pela AEM/MS.

Na seleção dos itens componentes dos trabalhos realizados, utilizamos amostragem de forma aleatória, não probabilística, sendo que na área de gestão orçamentária e financeira a seleção dos processos de despesa se deu pela análise da resposta as SAs - Solicitações de Auditoria previamente encaminhadas à AEM/MS, na qual o Órgão Delegado apresentou um demonstrativo contemplando os processos abertos entre novembro de 2012 a julho de 2013, bem como os de natureza contínua, sendo incluídos por esta equipe os processos de diárias e os de suprimento de fundos concedidos neste período, conforme demonstrativo a seguir:

Processos existentes na AEM/MS no período de Novembro de 2012 a Julho de 2013						
Tipo de Despesa	Processos existentes na		Processos analisados		% analisado	
	Quant	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)
Concorrência	-	-	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-	-	-
Pregão Eletrônico ⁽¹⁾	4	64.715,76	3	530.909,57	75,00	100,00
Pregão presencial	27	3.430.553,53	8	1.458.884,81	29,63	42,53
Registro de Preço ⁽²⁾	-	-	1	7.430,74	100,00	100,00
Dispensa de Licitação	33	57.723,01	6	8.652,8	18,18	14,99
Inexigibilidade ⁽³⁾	14	170.233,34	10	181.274,66	71,43	100,00
Não aplicável ⁽⁴⁾	11	4.231.470,75			0,00	0,00
Emergencial	-	-	-	-	-	-
Indenização/Ressarcimento ⁽⁵⁾			3	106,2	100,00	100,00
Adiantamento	10	6.650,00	10	5.620,00	100,00	84,51
Diárias ⁽⁶⁾	867	454.919,49	20	18.983,88	2,31	4,17
Total Geral		8.416.265,88		2.211.862,66		26,28

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA	PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 4/18
---	--	-----------------------

- (1) e (3) O percentual do valor analisado ultrapassou 100%, em virtude da necessidade de verificarmos pagamentos anteriores ao período escopo da auditoria.
- (2) e (5) Apesar de o órgão não ter informado a existência de processo formalizados como Registro de Preços e ressarcimento, foram analisados o processo n.º 21012597/12 formalizado como Registro de Preços junto a Brasil Telecom S.A, e ainda outros 3 (três) de ressarcimento.
- (4) A AEM/MS classifica como “não aplicável”, os processos de despesas referentes à gestão de pessoas como folha de pagamento e auxílio-transporte.
- (6) Refere-se ao quantitativo de PCD emitidos.

b) Pendências de Relatórios Anteriores

- 1.1.1. Com relação às recomendações do relatório de auditoria anterior PA-540-014/2012-O, de 23/11/2012, ainda pendentes de atendimento pelo órgão delegado, conforme Parecer n.º 064/Audin, de 22/07/2013, foi emitida a SA – Solicitação de Auditoria n.º 002, em 05/08/2013, solicitando novas manifestações por parte da AEM/MS:

Manifestação do auditado:

Por intermédio do OF/DIRPRES/AEM/MS/N.º 474/13, de 12/08/2013, foram apresentadas novas providências e/ou justificativas pela Agência Estadual de Metrologia – AEM/MS, que analisamos e apresentamos os resultados conforme segue:

PA-540-014/2012-O		
Recomendação n.º	Manifestação do auditado	Análise Audin
2 - Recomendamos que a AEM/MS tome às medidas necessárias visando regularizar a situação do prédio da nova sede.	A regularização do terreno está em fase de conclusão pela Prefeitura Municipal de Campo Grande. Após essa fase, será realizada a regularização da obra para obtenção do habite-se e consequente acerto do saldo dos bens imóveis da agência.	Resposta não acatada, mantemos a recomendação enquanto aguardamos a conclusão da regularização do terreno da nova sede.
3 - Recomendamos que a AEM/MS promova a inserção no Sistema de Gestão Integrada – SGI das informações necessárias decorrente do abastecimento das viaturas oficiais e locadas, assim como o preenchimento do Anexo II – Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial, em atendimento ao Convênio n.º 01/2010.	A AEM-MS está utilizando o sistema, inserindo no SGI as informações necessárias decorrentes do abastecimento de viaturas. Este item poderá ser observado na auditoria. Com relação ao mapa de controle do desempenho e manutenção de veículo oficial, informamos que esses serviços são executados pelas locadoras contratantes e não pela AEM-MS. Os veículos de propriedade da agência que são duas caminhonetes S10 estão ainda dentro do prazo de garantia.	Resposta acatada, tendo em vista as providências adotadas quanto à inserção no SGI das informações referentes aos abastecimentos e manutenção das viaturas.

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA		PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 5/18
5 - Recomendamos que o órgão providencie as verificações e os acertos necessários dos saldos dos bens móveis e imóveis, e materiais de consumo, em observância aos relatórios levantados pela Comissão Inventariante.	A regularização do terreno está em fase de conclusão pela Prefeitura Municipal de Campo Grande. Após essa fase, será realizada a regularização da obra para obtenção do habite-se e consequente acerto do saldo dos bens móveis da agência. Em relação aos bens de consumo, será realizada a regularização junto ao SGI para sanar as diferenças encontradas.	Resposta não acatada. A AEM/MS informou que os bens imóveis serão acertados após a regularização do habite-se. Quanto aos bens móveis, alguns foram leiloados, outros classificados como inservíveis estão aguardando desfazimento. E ainda, em relação aos bens de consumo, será realizada a regularização junto ao SGI para sanar as diferenças encontradas. Portanto, mantemos a recomendação enquanto aguardamos a demonstração da regularização dos saldos dos bens móveis e materiais de consumo.	
17 - Recomendamos que a AEM/MS apresente as devidas justificativas visando sanear a irregularidade desta questão.	A AEM-MS realiza o desconto do auxílio alimentação nas diárias dos seus servidores. A constatação desse item se refere a utilização de índices para desconto do auxílio alimentação sem o devido embasamento legal, que foi saneado com a publicação da Portaria "P" AEM/MS/Nº 42/2013, de 03/07/2013, conforme resposta acatada na recomendação 14.	Resposta acatada, visto que nas análises realizadas nos PCDs desta auditoria estão sendo descontados os valores referentes ao auxílio-alimentação.	

Recomendação:

1.1.1.1. Que a AEM/MS apresente novas justificativas visando regularizar as pendências do relatório de auditoria anterior, PA-540-014/2012-O, especificamente recomendações n.ºs 2 e 5.

- Ainda com relação às pendências de relatório anterior, PA-540-014/2012-O, cabe destacar a 1.ª constatação que derivou na recomendação n.º 01:

“1.ª Constatação:

- Pendência no saneamento de diversos itens referentes a relatórios de auditoria anteriores, bem como a regularização do terreno da sede da AEM/MS, no que diz respeito à apresentação da certidão de Habite-se.

Causa: *Com relação aos subitens n.ºs 1.6.8.1.8.1, 1.6.8.1.10.1, 1.9.1.6.1, 1.9.1.9.2 e 2.5.1.2, oriundos do Relatório de Auditoria n.º PA-540-013/2010-O, corroborada pelo item 1.1.1 do Relatório de Auditoria PA-540-020/2011-O, foi emitido o último Parecer Audin n.º 055, de 05/11/2012, no qual recomendamos a instauração de Sindicância, visando à apuração de responsabilidade e a obtenção de ressarcimento no valor de R\$ 304.296,10, em cumprimento ao que determina o art. 1º, c/c § 1º, do art. 3º, da Instrução Normativa TCU n.º 56, de 05 de dezembro de 2007.*

Recomendação:

01 Recomendamos que a AEM/MS instaure o processo de sindicância com vistas a regularizar as pendências dos relatórios de auditorias anteriores.”

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA	PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 6/18
----------------------------------	-------------------------------------	----------------

- Ressaltamos que, dentre os itens anteriormente citados n.ºs 1.6.8.1.8.1, 1.6.8.1.10.1, 1.9.1.6.1, 1.9.1.9.2 e 2.5.1.2, oriundos do Relatório de Auditoria n.º PA-540-013/2010-O, mantidos no relatório de auditoria anterior PA-540-014/2012-O (recomendação 01), **somente os itens n.ºs 1.6.8.1.8.1 e 1.6.8.1.10.1**, resultaram de denúncia protocolada junto aos Ministérios Públicos, Estadual e Federal, por intermédio do Documento s/n.º, datado de 25 de novembro de 2009, tendo por objetivo de atender a demanda exarada pelo Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul, na qual citava-se uma série de fatos e irregularidades praticadas no âmbito da AEM/MS. Ainda nesse sentido, foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Seprotur - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo, tendo por objetivo apurar estas supostas irregularidades. Sendo assim, no relatório final, de 31/03/2011, da Comissão Processante instituída por intermédio das Resoluções “P” SEPROTUR N. 176 E 181, DE 13/05/2010 E 10/06/2010, no tocante aos assuntos tratados nos itens 1.6.8.1.8.1 e 1.6.8.1.10.1 do nosso relatório de auditoria, concluiu-se que:

1.6.8.1.8.1 – *“Diante das provas colhidas, e do mais que consta nestes autos, concluiu-se pela inexistência de irregularidade na execução do objeto do Contrato n. 017/07.*

Desta Feita, a autoridade Julgadora poderá determinar o Arquivamento do feito, o que se afigura recomendado para o caso em comento.”

1.6.8.1.10.1 – *“Diante das provas colhidas, concluiu-se pela **RECOMENDAÇÃO**, a Agência Estadual de Metrologia – AEM/MS **para que quando for contratar por inexigibilidade de licitação Escritório de Advocacia que faça constar no contrato cláusula que estabeleça a obrigação de que os serviços especializados sejam prestados pessoalmente pelo próprio advogado, cujo renome e grau de especialização justificaram a invocação do referido instituto, conforme prevê o § 3º do art. 13 da Lei n. 8666/1993.***

No que tange a execução do objeto do contrato n. 006/2008, as provas colhidas nestes autos, apontam o seu cumprimento.

*Desta Feita, a autoridade Julgadora poderá encaminhar a **RECOMENDAÇÃO** sugerida ou adotar outras medidas que entenda necessária e oportuna para o caso em comento.”*

- Ressaltamos ainda, que ambas as conclusões foram acolhidas na íntegra pela V. Exa. Secretária de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo, Sra. Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias.
- Portanto, em consonância ao convênio n.º 01/2010 em vigor, que trata em sua Segunda Cláusula, item 2.4.1; foi emitido o Memorando n.º 073/Audin, de 11/06/2013, com objetivo de efetivar a instauração de sindicância visando a apuração de responsabilidade, em atendimento à demanda exarada pelo Relatório de Auditoria PA-540-014/2012-O (recomendação 01), corroborado pelo Parecer n.º 038/Audin, de 29/5/2013, em atendimento ao art. 1º, c/c § 1º, do art. 3º, da IN TCU n.º 56, de 05 de dezembro de 2007.
- Cabe destacar ainda que, a sindicância a ser instaurada pelo Inmetro, conforme determina o convênio em vigor, tendo por objeto apurar a responsabilidade sobre os fatos apontados

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA	PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 7/18
---	--	-----------------------

no Relatório de Auditoria PA-540-014/2012-O (recomendação 01), corroborado pelo Parecer n.º 038/Audin, de 29/5/2013, até o presente momento não foi realizada.

c) Determinação dos Órgãos de Controle

Manifestação do auditado:

Em resposta à solicitação de auditoria, a AEM/MS apresentou cópia do Relatório de Auditoria realizada pela AGE - Auditoria Geral do Estado, no exercício de 2012.

Comentário:

- 1.1.2. A AEM/MS foi auditada pela AGE/MS – Auditoria-Geral do Estado do Mato Grosso do Sul, em junho/2012, tendo como escopo as contas de 2010 e 2011. O relatório de auditoria n.º 27/2012, foi encaminhado ao órgão por intermédio do OFÍCIO/SEFAZ/AGE/GAB/N.º 177/2012, de 20/12/2012. Ressaltamos que não consta apensada aos autos, nenhuma manifestação por parte da AEM/MS, em resposta ao mencionado relatório.

Recomendação:

- 1.1.2.1. **Que a AEM/MS remeta a esta Audin, o ofício e as respostas apresentadas à Auditoria-Geral do Estado do Mato Grosso do Sul, sobre os fatos apontados no Relatório de Auditoria n.º 27/2012.**

1.2. Atos normativos – Formalização Documental

Manifestação do auditado:

A AEM/MS apresentou os atos legais de nomeação e delegação de competências, relativos ao período de 1º de novembro de 2012 a 30 de junho de 2013.

Comentários:

- 1.2.1. De acordo com a documentação apresentada, verificamos os atos legais de nomeação, delegação de competência, constituição de comissão de licitação, comissões de sindicância/processo administrativo disciplinar, e ainda as nomeações dos gerentes e/ou fiscais de contratos em vigor.

- Sobre as sindicâncias ocorridas no âmbito da AEM/MS, destacamos:

Processo n.º	Ato	Objeto	Situação atual
21/016281/2012	Portaria “P” AEM-MS/N.º 061, de 21/08/2012, publicada no DOE de 22/08/2012.	Comissão de sindicância administrativa para apurar inassiduidade, falta de urbanidade e desrespeito com superior hierárquico.	Encerrada, após repreensão prevista no art. 218, II e IV da Lei 1.102/1990, conforme Portaria “P” AEM/MS/N. 102 de 07/11/2012, publicada no DOE de 20/11/2012.
21/016283/2012	Portaria “P” AEM-MS/N.º 062, de 21/08/2012, publicada no DOE de	Comissão de sindicância administrativa para apurar o descumprimento de deveres	Encerrada, após suspensão de 20 (vinte) dias prevista no art. 218, II e XI da Lei 1.102/1990, conforme

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA			PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 8/18
	22/08/2012.	funcionais.	Portaria “P” AEM/MS/N. 103 de 14/11/2012, publicada no DOE de 19/11/2012.	
21/012510/2012	Portaria “P” AEM-MS/N.º 023, de 27/03/2012, publicada no DOE de 29/03/2012.	Comissão de sindicância administrativa para apurar a ocorrência de sinistro com caminhão IRS-9195	Encerrada, após arquivamento previsto no art. 218 e 219 da Lei 1.102/1990, conforme Portaria “P” AEM/MS/N. 058 de 13/08/2012, publicada no DOE de 15/08/2012.	
*21/013223/2011	Portaria “P” AEM-MS/N.º 95, de 29/07/2011, publicada no DOE de 1º/08/2011.	Comissão de sindicância administrativa para apurar a responsabilidade sobre o arquivamento de processo que tratava da interrupção de pagamento de adicional de função a funcionária cedida, descumprindo Decisão PGE/MS/GAB/n. 596/2011, de 22/09/2011.	Encerrada, após arquivamento previsto no art. 218 e 219 da Lei 1.102/1990, conforme Portaria “P” AEM/MS/N. 058 de 13/08/2012, publicada no DOE de 15/08/2012.	

- Continuando nossas análises, realizamos um cotejamento dos cargos em comissão e a estrutura regimental legalmente aprovada por meio do Decreto n.º 11.747, de 20/12/2004, especificamente em seu art. 6.º, verificando que a nível interno da AEM/MS, constam apenas os cargos da Presidência, Diretoria Técnica de Metrologia e Verificação da Conformidade, Diretoria de Administração e Finanças, e Escritório Regional. Entretanto, de acordo com as cópias das publicações apresentadas, segue abaixo as nomeações realizadas no âmbito da AEM/MS:

Item	Cargo	Ato	Nome
A	Presidência	Decreto “P” n.º 1.192, de 13 de abril de 2010.	Sérgio Maia Miranda
B	Diretoria Técnica de Metrologia e Verificação da Conformidade	Decreto “P” n. 3084, de 29/10/2007.	Luciana Boni Cogo
C	Diretoria de Administração e Finanças	Decreto “P” n. 2931, de 19/08/2008.	Kátia Facina
D	Escritório Regional de Dourados *	Portaria “P” AEM/MS/N.024, de 26/03/2013.	Jairo Vasconcelos
E	Gerência-Executiva e Assessoramento	Decreto “P” n. 2.982, de 29/07/2013.	Francisco Pierette Neto
F	Gestão Intermediária e Assistência		Naur Teodoro Pontes
G	Gestão Operacional e Assistência	Decreto “P” n. 2.827, de 12/07/2013.	Ary Gustavo Nantes Correa
H	Diretoria Executiva	Portaria “P” AEM/MS/N. 039, de 01/07/2013.	Roseli da Silva Dantas
I	Gestão e Assistência	Decreto “P” n. 76, de 03/01/2013.	Aline Kraemer de Mello Kohl.
J	Setor da Qualidade	Portaria “P” AEM/MS/N. 51, de 26/07/2013.	Alessandra Nantes Monteiro Flavio
K	Setor de Pré-Medidos		Eder Luiz de Oliveira Martins
L	Setor de Recursos Humanos		Elizandra da Silva Morilho
M	Setor de Transporte		Maria Margarete do Nascimento
N	Setor de Patrimônio e Almoxarifado		Leonardo de Freitas Lamblem
O	Setor de Serviços Gerais		Simone Vieira Bahmad Vera
P	Setor de Compras		Everton Paini Malheiros
Q	Setor de Licitação e Contratos		Elbia K B Insaurralde
R	Setor de Contabilidade		Florismar Caixeta de Castro
S	Setor de Informática		Fernando de Lima Ramos

- Prosseguindo ainda com relação à estrutura organizacional, foi apresentado um “novo” organograma a esta equipe auditora, contendo apenas os cargos A, B, C, D, J, K, L, M, N e O, citados anteriormente.

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA	PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 9/18
---	--	-----------------------

Recomendação:

1.2.1.1. Que a AEM/MS informe a esta Audin as medidas adotadas visando a regularização da estrutura organizacional, conforme demonstram as publicações apresentadas.

- Finalizando nossas análises nos atos normativos, verificamos que apesar de o art. 24 do Decreto n.º 11.747, de 20/12/2004, definir o prazo de 60 dias a contar da data de sua publicação para a edição/publicação do regimento interno da AEM/MS, até o encerramento dos nossos trabalhos ainda não havia regularização desta pendência.

Recomendação:

1.2.1.2. Que a AEM/MS, em cumprimento ao Decreto citado anteriormente, regularize o regimento interno da AEM/MS por meio de sua edição/publicação.

1.3. Setor de Almoxarifado

Comentários:

1.3.1. Iniciando nossas análises no setor de almoxarifado, utilizando amostragem aleatória, identificamos divergências no quantitativo de alguns materiais de consumo existentes, com o saldo do estoque apresentado no SGI, demonstrando assim uma fragilidade no que tange ao controle de entrada e saída de materiais.

- Prosseguimos nossa verificação no inventário físico nos materiais do almoxarifado, observando que diversos itens, a exemplo de detergente e produto para limpeza, que embora constem em prateleiras dentro do almoxarifado, apresentam no inventário e no SGI, saldo zero. Ao questionamos o responsável do setor, a respeito dessas diferenças, o mesmo justificou que quando da entrada desses produtos, os mesmos vieram armazenados em caixas e assim foram registrados e quando foi dado a baixa, o registro se deu por unidade.

Recomendação:

1.3.1.1. Que a AEM/MS proceda as devidas correções dos saldos de materiais de consumo existentes no Almoxarifado.

1.4. Setor de Patrimônio

Desfazimento de Bens Inservíveis

Comentários:

1.4.1. Constatamos que um banheiro (foto) foi desativado e está sendo utilizado para a guarda de bens inservíveis da AEM/MS, enquanto aguardam realização de um novo leilão pelo Inmetro, conforme demonstra as fotos a seguir:



- Cabe destacar que será realizado um novo leilão em outubro/2013, tendo em vista que o realizado em 16/08/2013 não houve itens arrematados.

Recomendação:

- 1.4.1.1. Que a AEM/MS disponibilize uma sala adequada para a guarda dos produtos inservíveis.**

1.5. Setor de Transportes

Análise dos processos de despesas vinculados ao Setor de Transportes

Comentários:

- 1.5.1.** No que tange ao abastecimento das viaturas locadas e próprias, verificamos que o mesmo é efetuado pela Empresa Taurus – Distribuidora de Petróleo Ltda, por meio do processo nº 21012690/2008, analisado por esta equipe, sendo:

N.º do Processo: 21012690/2008 Data: 04/12/2008

Favorecido: Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda CNPJ: 01452651/0001-85

Objeto: Fornecimento de combustíveis (gas., álco., diesel, gás Nat. Veic. e outros comb. que possam vir a ser desenv), lubrif., filtros e serv. inerentes a postos de comb., com intermediação e gerenc., por meio de cartão magnético e sist. Elet. a ser exec.de forma contínua.

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA	PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 11/18
---	--	------------------------

Forma de contratação: Pregão Presencial nº 009/2008

N.º do Contrato: 04/2008

Valor do Contrato: R\$ 424.401,84.

Valor total auditado: R\$ 177.385,21

- Conforme nossas análises, observamos que a fatura é emitida quinzenalmente junto com o relatório que relaciona as despesas realizadas, conforme pactuado no contrato. Contudo, não identificamos apensadas ao processo, os comprovantes de abastecimento, de forma a comprovar aqueles relacionados no relatório apresentado pela Taurus.

Recomendação:

- 1.5.1.1. Que a AEM/MS apense ao processo em tela, os comprovantes dos abastecimentos, bem como dos serviços prestados pela empresa, conforme relatório emitido pela contratada.**

Locação de Veículos

No que tange a locação de veículos, a AEM/MS conta com 03 contratos de locação de veículos, sendo: RP-Locadora de Veículos, para veículos de pequeno e médio porte; a Locadora de Veículos Santa Cruz para veículos de grande porte e RP-Locadora de Veículos, para veículos de pequeno e médio porte; a Locadora de Veículos Santa Cruz para veículos de grande porte e Iguaçu Tur – Agência de Viagens e Turismo Ltda para caminhão tipo baú. Os três, embora sejam processos distintos, foram indevidamente registrados, com o mesmo n.º de Processo: 21102594/2010.

Recomendação:

- 1.5.1.2. Que a AEM/MS, em obediência ao disposto no item 5.1 da Portaria MPOG n.º 05/2002, formalize os processos de locação de veículos com numerações próprias; ou seja, cada processo deve ter seu respectivo número de protocolo.**

1.6. Análise de Processos de Despesa

Comentário:

- 1.6.1.** Com relação às análises realizadas nos processos de despesa de forma geral, podemos constatar que não constam apensadas aos respectivos autos, as planilhas de custos correspondentes a cada fonte de pesquisa realizada, com o fim de obter a estimativa de custo. Observamos tão somente, a planilha final resultante do certame realizado. Registramos falhas relevantes nas aquisições pela ausência da realização adequada da estimativa da necessidade do serviço, bem como sua justificativa conforme preconiza o §7.º do art. 15 da Lei 8.666/1993.

Recomendação:

- 1.6.1.1. Que a AEM/MS formalize seus processos de despesas em estrita observância a Lei 8.666/1993.**

N.º Processo: 21017271 Data: 22/10/2012

Favorecido: Sociedade Brasileira de Metrologia

CNPJ.: 01.802.270/0001-89

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA	PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 12/18
---	--	------------------------

Objeto: Curso de estimativa de incerteza de medição para lab. de ensaios e de calibração.

Forma de contratação: Inexigibilidade com base no art. 25, II, da Lei 8.666/1993.

Contrato n.º: Não há

Valor contratado (Em R\$): 2.343,72

Valor Auditado (Em R\$): 2.343,72

N.º Processo: 21013375/2013 Data: 23/05/2013

Favorecido: Editora N D J Ltda.

CNPJ.: 54.102.785/0001-32

Objeto: contratação de empresa para realizar treinamento na área de licitações e contratos administrativos.

Forma de contratação: Inexigibilidade com base no art. 25, II, da Lei 8.666/1993.

Contrato n.º: Não há

Valor contratado (Em R\$): 6.400,00

Valor Auditado (Em R\$): 6.400,00

N.º Processo: 21012257/2013 Data: 08/04/2013

Favorecido: TUV Rheinland do Brasil Ltda.

CNPJ.: 01950467/0001-65

Objeto: treinamento na área de laboratório – interpretação e auditor interno ISO/IEC/1725.

Forma de contratação: Inexigibilidade com base no art. 25, II, da Lei 8.666/1993.

Contrato n.º: Não há

Valor contratado (Em R\$): 2.700,00

Valor Auditado (Em R\$): 2.700,00

Comentário:

- Os processos em tela foram elaborados para contratação de profissional de notória especialização, fundamentado no artigo 25 da Lei 8666/93. Contudo, não evidenciamos apensado aos autos a respectiva demonstração de singularidade do objeto contratado, ou seja, a comprovação de inviabilidade de competição. Vale ressaltar que, a empresa contratada precisa ser detentora de exclusividade, apresentando notória especialização.

Recomendação:

- 1.6.1.2. Que a AEM/MS abstenha-se de realizar contratações mediante inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços de qualquer natureza em que não se configure a inviabilidade de competição ou, se for o caso, de notória especialização, que seja apensada declaração de órgão independente, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/1993.**

N.º Processo: 21012730/12 Data: 07/01/2013

Favorecidos: Toledo do Brasil, Ind. de Balanças Ltda.

KN-Waagen Balanças Ltda.

Objeto: Contratação de oficinas permissionárias para manutenção de balanças, bem como a contratação de laboratórios acreditados pelo Inmetro, para efetuar a calibração dos padrões de trabalho.

Forma de contratação: Pregão Presencial nº 18/2012

Contratos n.ºs:

- 32/2012- Toledo do Brasil, Indústria de Balanças Ltda.
- 33/2012 - KN-Waagen Balanças Ltda.

Valores contratados (Em R\$):

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA	PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 13/18
---	--	------------------------

- Toledo do Brasil – R\$ 5.095,00
 - KN-Waagen - R\$ 24.645,00
- Valores auditados (Em R\$):
- Toledo do Brasil – R\$ 5.095,00
 - KN-Waagen - R\$ 24.645,00

- Verificamos que as notas fiscais emitidas pela empresa KN-Waagen Balanças Ltda, abaixo relacionadas, foram pagas, com não observância ao vencimento da certidão das contribuições previdenciárias, cuja validade havia expirado em 25/11/2012.

VALOR (R\$)	NOTA FISCAL	DATA DA NF	Nº DA OB-DATA
13.360,00	3683	19/11/2012	1197 - 07/12/2012
5.890,00	3684	19/11/2012	1197 - 07/12/2012
3.360,00	3681	19/11/2012	1282 - 26/12/2012
2.035,00	3682	19/11/2012	1282 - 26/12/2012

Recomendação:

1.6.1.3. Que a AEM/MS, doravante atenda ao que preconiza o Art. 29, inciso IV da Lei nº 8.666, quanto à regularidade das certidões previdenciárias.

N.º Processo: 21012500/12 Data: 03/02/2012
Favorecido: Brito e Paiva LTDA – ME CNPJ: 04.061.825/0001-77
Objeto: Aplicação de película de controle de luminosidade – “Insulfilm”
Forma de contratação: Dispensa de Licitação
Contrato n.º: Não há
Valor contratado (Em R\$): 1.461,00
Valor Auditado (Em R\$): 1.461,00

Comentários:

- O processo inicia-se em 03/02/2012, para aplicação de película de controle de luminosidade – “Insulfilm”, a pedido da Assessoria de Imprensa, devido a dificuldades de fotografar os eventos realizados no auditório por causa do posicionamento do sol. A Diretoria de Administração e Finanças autorizou a cotação em 03/02/2012. Em 02/02/03 foi emitido o Memorando Interno 08/2012, pelo Departamento de TI, solicitando a aplicação da película em um dos vidros do setor, devido a um incidente com este, sendo oferecidas as seguintes propostas:

Sun Control	R\$ 1.400,00
Brito e Paiva LTDA	R\$ 1.461,00
Edson da Costa Acessórios	R\$ 1.850,00

- Sendo assim a proposta mais vantajosa foi a da empresa Sun Control, porém ao realizarem a consulta dos débitos da empresa, foi identificada que sua certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros não estava válida, sendo assim passou-se para a segunda colocada a Brito e Paiva Ltda. Foi publicada no diário Oficial, em 17/04/2012, a dispensa de Licitação tendo como contratada a empresa Brito e Paiva Ltda. A empresa emitiu a Nota Fiscal n.º 00000539 em 20/04/2012 referente

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA	PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 14/18
---	--	------------------------

ao serviço prestado, porém o setor financeiro ao realizar a consulta das certidões para pagamento identificou que a certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, estava vencida desde 12/12/2011. Em seguida, a AEM/MS encaminhou e-mail para a contratada solicitando a regularização em 04/05/2012, tendo como resposta que a empresa estava em fase de mudança de CNPJ, porém a responsável pelo setor financeiro respondeu que não poderia realizar o pagamento a CNPJ diferente do contratado. Em 06/06/2012 o setor financeiro encaminhou através do Memorando Interno Financeiro n.º 63/2011, uma consulta a procuradoria sobre a legalidade do pagamento, sendo emitido o Parecer n.º 85, em 15/06/2012, informando que o pagamento só deveria ser realizado após a regularização dos débitos da empresa.

- Em 12/07/2013 o setor financeiro realizou nova consulta ao setor jurídico sobre a legalidade do pagamento que ainda não foi realizado. A assessoria jurídica emitiu o Parecer n.º 04/2013, ressaltando que o Tribunal de Contas da União não elencou como sanção, a retenção dos pagamentos, limitando-se a manter as sanções previstas na lei 8.666/93. Prosseguimos nossas análises em conjunto do processo seguinte, tendo vista a similaridade dos fatos – regularidade fiscal.

N.º Processo: 21012752/12

Data: 14/03/2012

Favorecido: Liartte móveis

CNPJ: 12.824.021/0001-00

Objeto: Aquisição de suporte de madeira e armário

Forma de contratação: Dispensa de Licitação

Contrato n.º: Não há

Valor contratado (Em R\$): 4.818,80

Valor Auditado (Em R\$): 4.818,80

Comentários:

- Iniciamos nossas análises verificando que foram solicitados 10 suportes de madeira para o Setor de Pré-Medidos e 03 armários para a Área da Qualidade, sendo apresentadas as seguintes propostas:

Empresa	Item 1 (suportes)	Item 2 (armários)	Total
Liartte móveis	R\$ 1.650,00	R\$ 2.818,80	R\$ 4.818,80
Mauro Farias Insfran-ME	R\$ 1.798,50	R\$ 3.044,40	R\$ 4.842,90
Comercial MM Suprimento	R\$ 2.500,00	R\$ 2.700,00	R\$ 5.200,00

- Sendo assim, foi contratada a empresa Liartte móveis, observando que foram apresentadas as certidões previstas no art. 29 da Lei 8666/1993, que assim dispôs:

“Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011)”

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA	PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 15/18
----------------------------------	-------------------------------------	-----------------

- Contudo, quando da emissão da nota fiscal n.º 00000025, em 06/12/2012, foi identificado pelo setor financeiro que a certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros havia vencido em 25/09/2012. Em 12/07/2013 o Setor Financeiro encaminhou o Memorando Interno Financeiro n.º 75/2013, perguntando sobre a legalidade do pagamento. Em resposta, a assessoria jurídica emitiu o parecer n.º 03/2013, em 19 de julho de 2013, informando que o pagamento deve ser realizado para que não seja configurado o enriquecimento ilícito da Administração, conforme ACÓRDÃO Nº 964/2012 – TCU – Plenário:

“9.2.3. Verificada a irregular situação fiscal da contratada, incluindo a seguridade social, é vedada a retenção de pagamento por serviço já executado, ou fornecimento já entregue, sob pena de enriquecimento sem causa da Administração;”

- Tendo em vista os fatos narrados concluímos que os pagamentos tratados nos processos anteriores n.ºs 21012500/12 - Brito e Paiva LTDA – ME e 21012752/12 - Liarte móveis devem ser realizados, tendo em vista que o serviço já foi prestado e o material entregue, para que não seja configurado o enriquecimento ilícito da Administração conforme Acórdão nº 964/2012 – TCU – Plenário citado anteriormente.

Recomendações:

- 1.6.1.4. Que a AEM/MS efetue o pagamento devido a empresa, tendo em vista que o serviço já foi prestado, com base na legislação vigente.**
- 1.6.1.5. E ainda, que a AEM/MS doravante verifique a regularidade fiscal da empresa contratada, tanto na fase de habilitação, como na fase que antecede o pagamento, em obediência ao art. 27 c/c 29 da Lei 8.666/1993, bem como o §3.º do art.195da CF/1988.**

N.º Processo: 21012006 Data: 01/10/2008

Favorecido: Brasil Telecom Celular S/A CNPJ: 05.423.963/0001-11

Objeto: Prestação de serv. de telef. para fornec. Serviço Móvel, com tec. digital, mediante fornecimento de 3 (três) modems de tecnologia 3G.

Forma de contratação: Pregão Presencial

Contrato n.º: 030/2008

Valor contratado (Em R\$): 359,70 (mensal)

Valor Auditado (Em R\$): 414,38

Comentários:

- Quando da prorrogação realizada através do Quarto Termo Aditivo, não identificamos nos autos, parecer do jurídico em atendimento ao § único do art. 38 da Lei 8.666/1993, bem como não localizamos pesquisa de preços comprovando que o preço praticado é o melhor para administração pública, em obediência ao art. 57 da Lei 8.666/1993, que trata:

“Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA	PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 16/18
---	--	------------------------

Recomendação:

- 1.6.1.6. Que a AEM/MS antecipadamente aos procedimentos de renovação contratual, realize nova pesquisa mercadológica, bem como apense aos autos o respectivo parecer jurídico, conforme preconiza a legislação vigente.**

N.º Processo: 21013150/2013, Data: 15/05/2013

Favorecido: Odon Cássio da Silva Lemos CPF: 391.186.901-06

Objeto: Ressarcimento ref. a reembolso de desp. efetuadas com pedágio em viagem a Corumbá.

Forma de contratação: Ressarcimento

Contrato n.º: Não há

Valor contratado (Em R\$): 46,20

Valor Auditado (Em R\$): 46,20

Comentário:

- Mediante a análise do processo, não evidenciamos a motivação requerida pelo servidor para o ressarcimento da despesa paga, consta somente apensado aos autos os bilhetes da concessionária do referido pedágio, nos valores de R\$ 7,70 cada um, datados de 21, 25, 28, 31/01/2013; 15 e 19/04/2013, totalizando R\$ 46,20.

Recomendação:

- 1.6.1.7. Que a AEM/MS apresente a motivação efetuada pelo servidor, requerendo o ressarcimento da despesa paga tratada no processo em tela.**

1.7 Diárias

Comentários:

- 1.7.1. Foram analisados os Pedidos de Concessão de Diárias – PCD abaixo relacionados, identificando que a Agência Estadual de Mato Grosso do Sul – AEM/MS, utiliza como base para pagamento de diárias o Decreto Federal n.º 5.992, de 19/12/2006, destacando como resultado de nossas análises os seguintes comentários:

PCD n.º	Período	Valor Pago (Em R\$)	Análise
61.1	25/02 a 01/03/2013	602,20	Viagem realizada para Inspeção Metrológica. Não consta no processo Relatório Diário da Inspeção para todos os dias de deslocamento, impossibilitando-nos identificar os serviços realizados em todo o deslocamento. .
85.1	11 a 16/03/2013	1.502,45	Viagem realizada para participação em reunião regional Centro Oeste. Retorno em fim de semana, sem justificativa. Só consta lista de presença a partir do dia 12/03/2013, tampouco há justificativa para ida no dia 11/03/2013. Verificamos que foi solicitado o adicional de deslocamento previsto no art. 8º do Decreto 5.992/2006. “Art. 8º Será concedido adicional no valor fixado no Anexo II a este Decreto, por localidade de destino, nos deslocamentos dentro do território nacional, destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque até o local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa. ”(grifo nosso) Porém ao verificarmos as saídas de veículos no setor de transporte identificamos na solicitação n.º 581/2013 saída da viatura de placa HTO-2742 para o aeroporto levando os passageiros Katia Regina Facina, Sergio Maia Miranda, Simone Vieira Bahmad.
85.2		1.229,85	
96.4		993,20	

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA			PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 17/18
85.3	11 16/03/2013	a	1.229,85	Viagem realizada para participação em reunião regional Centro Oeste. Retorno em fim de semana, sem justificativa. Só consta lista de presença a partir do dia 12/03/2013, tampouco há justificativa para ida no dia 11/03/2013.
85.4				
85.5				
695.1	19 23/11/2012	a	602,20	Viagem realizada para verificação de BA / BO / DI. Na comprovação de viagem não é possível identificar o serviço executado, tendo em vista a utilização de abreviações. Não consta solicitação de viatura e boletim diário de veículo, sendo assim não identificamos a viatura utilizada. Não consta relatório de serviços executados pelo servidor, impossibilitando assim a comprovação de realização da viagem proposta.
173.2	14 18/04/2013	a	1.325,74	Viagem realizada para Participar de Encontro Técnico. Ida em fim de semana, autorizada pelo próprio proposto. Evento realizado de 15 a 18/04/2013, porém só consta apensado aos autos lista de presença comprovando a participação do proposto nos dias 16 e 18/04/2013.
173.3	14 18/04/2013	a	895,36	Viagem realizada para Participar de Encontro Técnico. Ida em fim de semana, autorizada. Evento realizado de 15 a 18/04/2013, porém só consta apensado aos autos lista de presença comprovando a participação do proposto nos dias 16 e 18/04/2013.
210.1	05 08/05/2013	a	591,40	Viagem realizada para Fiscalização da Qualidade. Consta no processo justificativa para não realização de fiscalização em todos os municípios propostos. A servidora realizou fiscalização em Campo Grande, porém não consta relatório diário da mesma, comprovando o serviço efetivamente realizado.
237.1	13 17/05/2013	a	602,20	Viagem realizada para Inspeção Metrológica. No formulário de comprovação de viagem, consta que o serviço não foi realizado no local proposto a pedido da diretoria técnica, porém não consta no processo documento desta solicitação, bem como não há o relatório diário do servidor apensado aos autos. Não foi possível identificar o veículo utilizado na missão.
286.1	03 07/06/2013	a	602,20	Viagem realizada para Inspeção Metrológica. Foi incluída na análise mais um município, porém não é possível identificar o cumprimento da missão, devido a ausência de comprovantes.
319.2	17 21/06/2013	a	591,40	Viagem realizada para Verificação de BA/BO/DI. Não foi possível identificar no relatório apensado aos autos, quais serviços foram realizados.

Recomendações:

- 1.7.1.1. Que a AEM/MS comprove as atividades executadas nos PCD n.ºs 61.1, 237.1, 210.1 e 286.1.
- 1.7.1.2. Que a AEM/MS apresente a devida justificativa para a viagem de retorno ter ocorrido no fim-de-semana, nos PCD n.ºs 85.1, 85.2, 85.3, 85.4, 85.5, 96.4 e 173.3, conforme determina o §2º art. 5º, do Decreto 5.992/2006.
- 1.7.1.3. Que seja realizado o ressarcimento do valor referente ao adicional de deslocamento, tendo em vista a utilização de viatura oficial no deslocamento para o aeroporto, nos PCD n.ºs 85.1, 85.2 e 96.4, em desobediência ao art. 8º do Decreto 5.992/2006.
- 1.7.1.4. Que a AEM/MS apresente detalhes dos serviços realizados ao utilizarem as siglas BA/BO/DI, conforme PCD n.ºs 695.1 e 319.2, bem como doravante para os próximos realizados com este objetivo.
- 1.7.1.5. Que a AEM/MS apresente os devidos comprovantes de participação em evento para todos os dias afastados, além das listas de presença apresentadas, com frequência de apenas alguns dias, conforme PCD n.ºs 85.3, 85.4, 85.5, 173.2 e 173.3.
- 1.7.1.6. Que a AEM/MS identifique o veículo utilizado no PCD n.º 237.1 e informe à Audin.

RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA	PROCESSO AUDIN PA-540-016/2013-O	PÁGINA 18/18
---	--	------------------------

IV - ÁREA DE METROLOGIA LEGAL, e

V - AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE

O resultado das análises das respostas, bem como das constatações feitas por parte da Diretoria de Metrologia Legal, pelos técnicos da Dimel/Disme, e por parte da Diretoria da Avaliação da Conformidade, pelo técnico da Dconf/Divec, serão apresentados pelas próprias Diretorias mediante relatórios específicos que serão encaminhados em anexos a este Relatório de Auditoria.

CONCLUSÃO:

Encerrado o trabalho de auditoria ordinária, realizado na Agência Estadual de Metrologia do Estado do Mato Grosso do Sul – AEM/MS constatou-se que a mesma vem desenvolvendo as atividades de forma regular com ressalva, sendo necessário que o Órgão Delegado promova o saneamento das constatações encontradas que derivaram nas recomendações existentes neste relatório de n.ºs 1.1.1.1, 1.1.2.1, 1.2.1.1, 1.2.1.2, 1.3.1.1, 1.4.1.1, 1.5.1.1, 1.5.1.2, 1.6.1.1, 1.6.1.2, 1.6.1.3, 1.6.1.4, 1.6.1.5, 1.6.1.6, 1.6.1.7, 1.7.1.1, 1.7.1.2, 1.7.1.3, 1.7.1.4, 1.7.1.4, 1.7.1.5, e 1.7.1.6 respectivamente.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2013.

Mayla de Aguiar Santos
Auditora/Audin
CRA/RJ/nº. 2.069.793-7

Vera Lucia Gonçalves Taveiros
Auditora/Audin
CRC/RJ/n.º 106.776/O-9

Leandro Nunes de Figueiredo
Coordenador da Equipe/Audin
CRC/RJ/n.º 104.970/O-7

José Autran Teles Macieira
Auditor-Chefe
CRC/RJ n.º 077.517/O-4